

Governo Eclesiástico e Governo Civil

Gary DeMar

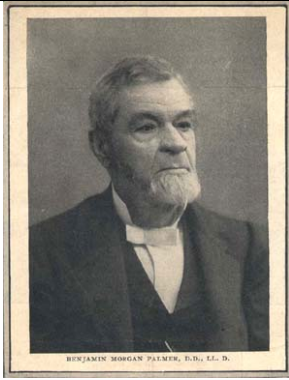
Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

A Bíblia se opõe ao centralismo, quer político (Nações Unidas) ou religioso (Concílio Mundial das Igrejas). A torre de Babel foi julgada e Deus dispersou aqueles que estavam envolvidos em seu projeto, por causa da corrupção potencial que é inerente ao centralismo religioso ou político. “A torre de Babel (Gênesis 11) era uma estrutura arquitetural pagã representativa. Era provavelmente algo como o zigurate babilônico, uma torre feita de círculos concêntricos que lembravam uma escada para o céu, não importando a direção a partir da qual era observada. Aqui está a teologia de Satanás oferecida a Adão: o caminho autônomo do homem para o céu. A torre era um elo entre o céu e a terra, mas um que os homens construíram, e não Deus. O pináculo da torre representava o assento de poder, o elo entre os homens evoluídos e os deuses” (Gary North, *Unconditional Surrender*, p. 143).

O propósito simbólico da torre era uma tentativa do homem caído unificar toda a criação sob um governo centralizado e um sistema religioso. “Façamos um nome para nós” (Gênesis 11:4) foi “a primeira declaração pública de humanismo” (Francis Schaeffer, *Genesis in Space and Time*, p. 152). Corrupção e tirania seriam centralizadas, juntamente com poder e autoridade. Esse era o perigo.

O homem caído crê que pode sobrepujar os propósitos de Deus através de uma demonstração unida de poder, como seus esforços com a torre de Babel demonstraram. Existem outros exemplos também. Satanás tentou obter um exército de anjos para estragar a ordem eterna de Deus. Ele foi logo removido de seu estado de honra por seus esforços: “E foi expulso o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo, sim, foi atirado para a terra, e, com ele, os seus anjos” (Ap. 12:9); e sua destruição foi selada: “O diabo, o sedutor deles, foi lançado para dentro do lago de fogo e enxofre, onde já se encontram não só a besta como também o falso profeta; e serão atormentados de dia e de noite, pelos séculos dos séculos” (Ap. 20:10).

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em setembro/2007.



No Estado, como o império da lei, o sofrimento visitado sobre a transgressão é predominantemente penal. A espada na mão do magistrado é para punir. Ele golpeia no interesse da justiça... A província da Igreja e da Família é inteiramente diferente. Aqui o objetivo não é a punição, mas a correção.

Satanás tenta organizar as forças das nações contra os propósitos de Deus, mas sem sucesso: “Por que se enfurecem os gentios e os povos imaginam coisas vãs? Os reis da terra se levantam, e os príncipes conspiram contra o SENHOR e contra o seu Ungido” (Salmo 21:1-2). Todos aqueles que buscam centralizar poder e autoridade fazem isso em oposição a Deus. A resposta de Deus aos seus esforços mostra quão tolas suas tentativas são: “Ri-se aquele que habita nos céus; o Senhor zomba deles” (v. 4).

A Bíblia enfatiza o governo local tanto na Igreja como no Estado. As cartas de Paulo indicam que existiam muitas igrejas na Ásia Menor, Macedônia e Acaia: Colosso, Éfeso, Filipo, Tessalônica, Corinto e Galácia. O apóstolo João lista igrejas não mencionadas por Paulo e outros escritores do Novo Testamento (Apocalipse 2-3). Sem dúvida, havia uma igreja muito influente em Jerusalém (Atos 11:22; 15:1-35). Todas essas igrejas tinham seu próprio governo eclesiástico com seus devidos governantes. Mas esses governantes não eram autônomos. Eles, bem como os membros em geral, eram ultimamente responsáveis diante de Jesus Cristo, que é “o cabeça da Igreja” (Efésios 5:23).

As igrejas são mini-repúblicas que encontram seus princípios governamentais na “congregação [igreja] no deserto” (Atos 7:38). O governo da igreja não é uma democracia pura, nem uma monarquia (cf. Êxodo 18). Embora o povo participasse na eleição dos oficiais, estes, uma vez assumindo a posição de liderança, eram os governantes que deveriam ser obedecidos e honrados: “Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles; pois velam por vossa alma, como quem deve prestar contas” (Hebreus 13:17a). Mas sua liderança não deveria ser usada como uma oportunidade para ser autocrático ou tirano: “Para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros” (v. 17b). Novamente, Jesus é o exemplo deles.

Os presbíteros devem “pastorear a igreja de Deus” (Atos 20:28). Mas a igreja não pode ser efetivamente pastoreada de longe. Esse é o motivo pelo qual Paulo instruiu Tito a “em *cada cidade*, constituir presbíteros” (Tito 1:5). Cada igreja deve ter um governo eclesiástico baseado na Bíblia governado e pastoreado por líderes qualificados (1 Timóteo 3:1-15). Quando surgiram disputas entre as igrejas, *representantes* de cada igreja local se reuniram em Jerusalém para estabelecer certas questões doutrinárias (Atos 15:1-35).

O governo civil deve seguir um padrão similar. As questões do Estado podem ser mais bem lidadas em nível local, onde as necessidades do povo e a comunidade são conhecidas e a consolidação de poder é mínima. O sistema civil de governo dos Estados Unidos exibe uma ordem social descentralizada, embora venham crescendo as tentativas de centralização.



Uma reunião da *Assembléia de Westminster*, um grupo de distintos líderes eclesiásticos da Europa responsáveis pela *Confissão de Fé de Westminster* (1647).

Sumário

“A palavra governo significava, em *primeiro* lugar, o auto-governo do cristão, o governo básico em toda a história. *Segundo*, e muito relacionado e quase inseparavelmente ligado com esse, governo significava a família. Toda família é um governo; é a primeira igreja e primeira escola do homem, e é também o seu primeiro Estado. O governo da família pelo cabeça apontado por Deus, o homem, é básico para a sociedade. *Tercero*, a igreja é um governo, com leis e disciplinas. *Quarto*, a escola é um governo importante da vida de uma criança. *Quinto*, trabalho ou vocação é uma área importante de governo. Nosso trabalho claramente nos governa e nós governamos nosso trabalho. *Sexto*, associações privadas, afiliações, organizações e semelhantes agem como um governo sobre nós, visto que nos submetemos a esses padrões sociais e governamos outros com as nossas expectativas sociais. *Sétimo*, o Estado é uma forma de governo, e, originalmente, sempre foi chamado de governo *civil* em distinção a todas essas outras formas de governo.

“Mas, tragicamente, quando dizemos *governo* hoje queremos dizer o Estado, o governo federal, ou alguma outra forma de governo civil. E, mais tragicamente, o governo civil hoje reivindica ser *o governo* sobre o homem, não um governo entre muitos, mas o governo acima de todos. O governo civil reivindica jurisdição sobre nossas associações privadas, nosso trabalho ou emprego, nossas escolas e igrejas, nossas famílias, e nós mesmos. A palavra governo não mais significa auto-governo primária e essencialmente; significa o Estado” (Rousas J. Rushdoony, *Law and Liberty*, p. 59).²

**Fonte: *God and Government – volume 1*,
Gary DeMar, p. 33-5 e 40.**

² http://www.monergismo.com/textos/politica/lei-governo_rushdoony.pdf